
RESENHA

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Famílias coloniais

Ângela Domingues

Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto
de Investigação Científica Tropical de Lisboa

Fundamentando-se numa investigação exaustiva de fontes manuscritas e impressas, bem como num conhecimento notável da bibliografia produzida sobre o assunto, Maria Beatriz Nizza da Silva desenvolveu nesta obra um estudo social, econômico, cultural e das mentalidades tendo por base a *família* no Brasil Colonial. Embora integrado no âmbito da produção historiográfica da autora, este projeto revela-se, contudo, mais abrangente do que as obras até aqui produzidas, na medida em que se propõe estudar a especificidade dos diferentes tipos de famílias dando particular ênfase à sua atividade econômica e distribuição espacial ao longo dos três séculos de colonização portuguesa.¹

As linhas estruturantes da obra articulam-se em torno de cinco capítulos onde são focados assuntos tão complexos como as primeiras experiências colonizadoras, a formação de uma tipologia de famílias de acordo com a área geográfica e o tipo de riqueza predominante no patrimônio familiar, a emigração de indivíduos para a colônia e a coexistência de novas ligações afetivas com laços familiares pré-existentes, a complexidade social, econômica e racial do conceito "família" quando aplicado no Brasil Colonial ou, ainda, a instituição familiar enquanto criadora de laços de solidariedade e proteção ou como sistemas de conflitos e contradições internas.

¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984; idem, *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993; para um enquadramento da obra na produção historiográfica relativa ao Brasil Colonial veja-se, idem, *História da Família: tendências e metodologias*. *Ler História*, 29, 1995, pp. 19-24.

Partindo da análise de casos específicos devidamente enquadrados por documentação de natureza legislativa, notarial, judicial, eclesiástica, epistolar, assim como publicações periódicas, a autora apresenta uma sucessão de episódios da "historia da vida" dos homens e mulheres que constituíam a sociedade colonial brasileira. Relatam-se casamentos, concubinatos, adultérios; revelam-se divórcios, bigamias e separações; dá-se conta da existência de filhos legítimos e ilegítimos, de expostos e adotivos, de rapazes estudando em universidades e de raparigas reclusas em conventos e recolhimentos; divulgam-se processos de adoção e legitimação; enumeram-se bens patrimoniais, dotes e legados. Percebem-se os valores subjetivos da riqueza dos fidalgos, senhores de engenhos, funcionários administradores, bandeirantes, fazendeiros, homens e mulheres de posses médias ou que viviam no limiar da subsistência, preocupados com a distribuição do patrimônio familiar e a tranquilidade da alma.

Aos olhos do leitor sobressaem questões tão complexas como a da honra masculina e feminina, definições de propriedade e riqueza, fatores de distinção social ou as relações de autoridade e submissão dentro da família e com as instituições. Abordam-se, igualmente, os mecanismos de ascensão social, os sistemas de transmissão e preservação do patrimônio e os estatutos jurídicos específicos a determinados indivíduos ou grupos. Revela-se que a miscigenação foi uma constante da sociedade colonial, abrangendo todos os grupos sociais e origens étnicas, fomentando a aproximação dos indivíduos e dando, muitas vezes, origem a famílias estruturadas de acordo com as leis do reino e de Deus.

Nizza da Silva deixa claro que as relações dos indivíduos com as estruturas familiares eram múltiplas e complexas e se regiam por regras de conduta que tinham a ver com a hierarquia social, mas também com códigos de honra que se relacionavam com princípios de dominação masculina. Nesta sociedade colonial, o prestígio familiar, a par da prosperidade individual, determinavam as estratégias matrimoniais, a pulverização do patrimônio pelos herdeiros ou a instituição de capelas e morgados, bem como a capacidade dos indivíduos em se promoverem socialmente ou a seus descendentes.

São questões como estas que se desenrolam nesta *História da Família no Brasil Colonial*, analisadas numa perspectiva de história comparada, no tempo e no vice-reinado do Brasil, e enquadradas no Império Português. Neste sentido, a autora cumpriu os objetivos inicialmente propostos, demonstrando com discernimento que os quadros institucionais e jurídicos, tal como os costumes e normas que regeram os indivíduos ao longo de três séculos não foram os mesmos. De igual modo, as diferentes formas de riqueza privilegiadas em cada região (os índios em São Paulo, os engenhos e os africanos no Nordeste, o gado no Piauí e Curitiba), assim como os mecanismos de transmissão do patrimônio nelas instituídas (e relacionadas, também, com o prestígio social dos indivíduos ou das famílias a que pertenciam), permitiram à autora a construção de uma "tipologia de famílias luso-brasileiras".

A intervenção da Igreja na vida familiar ocupa nesta obra um lugar relevante. Esta instituição surge como alternativa à família, como um poder estruturante da sociedade e entidade regulamentadora e vigilante da religião e dos costumes. As instituições religiosas aparecem, em grande medida, como responsáveis pela formação e educação dos jovens, proteção e guarda das mulheres e filhas, acolhimento de expostos, defensoras da honra dos indivíduos e da família e reprovadoras do concubinato e da bigamia.

Baseando-se num sólido conhecimento da documentação manuscrita e impressa, bem como nos estudos recentemente produzidos dos dois lados do Atlântico sobre história da família, a autora reformula, ainda, idéias aceitas pacificamente pela historiografia tradicional e sugere novas perspectivas de investigação.